1º CENTENÁRIO DE MORTE DE CAXIAS

Virgílio Távora

Os que tem, ultimamente, escrito ou falado sobre a personalidade do Duque de Caxias, fazendo-o, embora inspirados por uma profunda admiração a esse extraordinário brasileiro, são unânimes em assinalar a dificuldade de uma abordagem original de trajetória na vida pública e na História do Brasil. Ao longo dos cem anos decorridos desde a sua morte, a vida do "Pacificador" tem se transformado em manancial inesgotável da inspiração patriótica, sendo explorada em todos os seus aspectos, tornando-se, no dizer do professor Denizard Macedo, "um tema batido por todos os ângulos", nada restando para novas pesquisas ou simples dissertação.

Esta a dificuldade com que me defrontei ao ser convidado para falar sobre o Centenário de Morte de Caxias. O que se poderia acrescentar a respeito dessa figura ímpar, que fascinou tantas inteligências e levou-as a uma verdadeira devastação na floresta de fatos que envolveram os 77 anos de sua existência?

Pareceu-me que, para venerar-lhe realmente a memória, o que de melhor se pode fazer é assumir a postura espinhosa do analista, debruçando-se sobre acontecimentos conhecidos para deles retirar sua seiva exemplar. Encontramos, então, um vasto campo de observação, rico de sugestões, pois cada ato de Caxias e muitas de suas palavras encerram significado profundo e nos trazem à mente, mesmo em épocas de abulia e indiferença comuns na vida das pessoas e dos povos a importância dos deveres a serem cumpridos para com a Pátria e da contribuição que se possa dar à construção de uma sociedade baseada em sólidos valores humanos.

A grande lição que nos ensina Caxias, revelando ampla dimensão humanística e senso político aguçado posto a serviço do futuro, contrasta com a idéia geralmente consagrada do que seja o militar profissional e a profissão castrense. Borris Janowitz, escritor norte-americano, em "O Soldado Profissional, um Estudo Social e Político", examina essa idéia corrente. e diz que, em seu País, "é típico afirmar-se que o estabelecimento militar é a principal fonte da filosofia ou política que salienta o uso da força na resolução de conflitos nacionais ou internacionais". Tal suposição — acrescenta — "desdenha a extensão em que as Forças Armadas são uma criação da estrutura social maior e a extensão em que elas servem às necessidades econômicas e políticas da sociedade civil. É uma concepção que vê a instituição militar antes como um órgão hermético, um apêndice vestigial, do que como uma criação da sociedade contemporânea".

Diz ainda o escritor citado, em seu curioso trabalho, ser também típico sustentar-se que o profissional militar, por ser disciplinado, "é inflexível e, em certa medida, refratário à transigência política", supõe que as concepções anacrônicas e obscuras sobre a instituição militar persistem porque a sociedade civil, incluindo o público politizado, prefere permanecer desinformada.

Não duvido que, entre nós, encontremos modos de pensar assemelhados a esses, a despeito de serem bem mais estreitos no Brasil do que nos Estados Unidos e em outros países os laços entre a organização militar e o povo, notadamente os segmentos das classes média-média e média-inferior, de onde provêm quatro quintos da oficialidade do Exército Brasileiro. Mesmo, entretanto, que tais entendimentos possam ter sido insuflados em camadas populares por elementos interessados em distorcer o papel verdadeiro das Forças Armadas e em provocar uma ruptura, bastaria estudar o exemplo de Caxias para demonstrar a falácia desse pensamento, pois nele não vislumbramos mais do que provas freqüentes de ojeriza à violência e de suma capacidade de transigir politicamente em benefício da unidade nacional.

Os títulos ilustres que nossa história reservou a Luis Alves de Lima e Silva — **O Pacificador** e **A Espada da Unidade** — dizem muito bem de um espírito superior que, dispondo do poder das armas e de mandatos verdadeiramente imperiais, mostrou-se avesso ao uso indiscriminado desses instrumentos irresistíveis de subordinação, e jamais permitiu que pesasse

sobre o seu nome, ao contrário do que ocorrera com Simon Bolivar, qualquer suspeita de inclinação para o cesarismo.

Se diante do inimigo externo foi de magnanimidade engrandecedora, tanto nas campanhas do Prata, em que estreou ainda capitão, quanto na Guerra do Paraguai, quando a Consagração Nacional já lhe aureolava a figura ilustre, diante dos contendores internos, de irmãos desavindos em armas, sua magnanimidade e sua compreensão foram ainda maiores, pois em nenhum momento moveu suas tropas para esmagar, mas sempre para assumir posição altaneira que lhe permitisse dialogar, clamar em favor do bom senso e redespertar o patriotismo a que outros sentimentos menos respeitáveis haviam substituído nos corações e nas mentes dos líderes rebeldes.

Pode-se afirmar que a linha inflexivelmente seguida por Caxias, nas lutas travadas durante e depois da regência, foi a de estabelecer a paz entre os brasileiros em função de um projeto de grandeza nacional, que ele sabia ser impossível com dissenções intestinais e com ódios residuais produzidos por formas brutais de repressão.

A concretização desse sonho de grandeza para a Pátria estremecida, o futuro Patrono do Exército começou a buscá-la ainda sob o impacto do fervor patriótico juvenil e se tornaria autêntico **leitmoti** na maturidade e mesmo ao atingir o inverno da vida. A diferença era apenas a de que, em 1822, ao ingressar no Batalhão do Imperador, escolhido pelo próprio Pedro I para enfrentar os colonialistas irredentos na Bahia, identificava-se, pelo coração ardente, com os ideais dos fundadores da Pátria, pondo a serviço desses ideais as energias represadas, próprias da mocidade, próprias de um guapo tenente de 19 anos.

Mais tarde, porém, com a espada já atiada em batalhas cruentas, o que dominava era o pensamento criador, era a inteligência amadurecida, era o caráter dos grandes varões plutarquianos forjados no amor sem limites à terra-berço e na reverência extrema aos valores humanos, era o raciocínio eminentemente político que se aliviava ao gênio militar, era, enfim, a combinação do idealismo, ainda crepitante sob as cinzas celulares das primeiras idades, e do realismo que tornava flexível o aço de sua têmpera de soldado.

Assinala o historiador Arthur Cézar Ferreira Reis três segmentos decisivos na manifestação do nacionalismo brasileiro. O **primeiro** foi o **esforço para alcançarmos a independên-**

cia, num período em que o Brasil, por suas elites econômicas, sociais e culturais, passara a rejeitar o papel, aceito sem resistência nas calendas anteriores, de mero integrante de um Império ultramarino português, máxime com a obrigação de defender-se com o sangue de seus filhos para maior grandeza da metrópole distante.

Seguiu-se vitoriosa a Revolução da Independência, a preocupação em manter a integridade nacional contra os assaltos e as intenções hegemônicas de nações vizinhas, já se formara então um estado de consciência nacional com respeito à constituição e preservação do espaço físico-político. Já não era o tempo em que nos sentíamos como arrendatários de um imenso chão que por direito deveria ser nossa propriedade. As campanhas do Prata e a guerra do Paraguai marcaram esse período, destacando-se o embate sangrento contra Solano Lopez, que fez refulgir a glória das armas brasileiras.

O terceiro período foi o da Consolidação da Unidade Pátria, com a erradicação das insurreições internas que lhe ameaçavam o desmoronamento. Essa consolidação se processou mercê do apaziguamento, não sem a presença militar, operado no Maranhão (Balaiada) e Rio Grande do Sul (Guerra dos Farrapos) e São Paulo (Revolução Liberal de 1842).

Em todas essas ocasiões, que significaram uma como que aurora da nacionalidade, vamos encontrar a figura de Luis Alves de Lima e Silva, quer como soldado, Barão e Duque, quase sempre na dupla função de militar e de político, combatente genial e apaziguador de larga dimensão humana, no complexo papel de agente jupiteriano da ordem e de mensageiro clarividente da paz e da confiança inquebrantável no futuro de nossa gente.

Nos períodos mencionados, considerada a extrema gravidade dos perigos que rondavam a nacionalidade, foi o terceiro aquele de maior densidade dramática ante as manifestações exaltadas e virulentas que o marcaram, sobretudo porque o enfrentar sedições gerava agudos problemas psicológicos e de consciência, pelo simples fato de colocar brasileiros contra brasileiros, irmãos contra irmãos. Pode-se indagar hoje o que teria sido aquela fase angustiosa sem o Duque de Caxias, sem a presença providencial desse homem de quem o menos que se pode dizer é que era desapaixonado, desambicioso e humano. Talvez, como aconteceu em outros países que se defron-

taram com ameaças de secessão, as páginas de nossa História estariam tintas de sangue e imensa seria a galeria dos mártires de um lado e dos odiados de outro.

São unânimes os historiadores em afirmar que a fase regencial foi das mais difíceis da nossa História. Consumiu, no fogo das crises políticas, econômicas e sociais, figuras de rija têmpera que se mostraram incapazes de mover-se entre as avalanches provocadas pelo partidarismo. Foi a fase também em que começou a projetar-se, além das lindes dos acampamentos e quartéis, a personalidade de Luis Alves de Lima e Silva. O futuro Barão e Duque testemunhou, de perto, todos os acontecimentos dramáticos daquela época tumultuosa, em que flamejava, através de uma virulência sem precedentes, uma imprensa inteiramente divorciada do jornalismo de idéias e engajada na difamação. Além de servir no Centro dos Acontecimentos, o então Major, já ostentando a "Ordem da Rosa", conquistada por atos de bravura na Bahia e no Sul, tem seu pai entre os integrantes da Regência trina. Nesse ponto de observação, vê desabar o gigante que foi Padre Feijó, esmagado pelo pessimismo e o desânimo ante o recrudescimento das revoluções. Assiste, também, ao fracasso de Araújo Lima, que logrou acabar com a cabanagem, no Pará, e a sabinada, na Bahia, porém tornou-se impotente para jugular os balaios, no Maranhão, e os farroupilhas, no Rio Grande.

No fragor das disputas políticas que precederam à maioridade, começou a abrir-se o proscênio em que haveria de fulgurar, ao longo de quatro décadas, a partir de 1840, a personalidade de Caxias, para a cruzada Político-militar pela pacificação e a unidade do Brasil.

Naquele ano, era ele nomeado Presidente e Comandante das Armas da Província do Maranhão, controlando ainda as tropas imperiais aquarteladas no Ceará e no Piauí, dava começo à sua primeira operação de grande envergadura como o "Pacificador". Sua tarefa era erradicar o movimento balaio e reconciliar o meio-norte com a Nação.

Caxias condenou severamente os líderes balaios, como se pode verificar pela proclamação que enviou aos maranhenses ao tomar posse na Presidência da Província, definindo claramente, sem rebuços, sua missão, que era, basicamente, a de vencer a rebelião:

"Maranhenses! Nomeado Presidente e Comandante das Armas desta Província... eu venho partilhar das vossas fadi-

gas... Qualquer que seja o estado em que se achem os rebeldes, eu espero, com os socorros que o Governo Geral nos envia, e com a força que me acompanha, fortificar nossas fileiras e não abandonar-vos enquanto os não houver debelado".

Tem sido destacada a isenção com que o então Coronel Lima e Silva se comportou nos conflitos secundários que envolviam **bem-te-vis** e **cabanos**. Esta sua atitude ele a definiu na proclamação já citada, ao asseverar, com a candência de linguagem que lhe era peculiar: "Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam". Na conferência já mencionada, Artur Cézar Reis exalta essa postura apartidária que tanta influência benéfica exerceu no curso dos acontecimentos em terras timbiras: "Revelou-se governante que exerce o poder consciente de sua responsabilidade e da gravidade da situação, pondo-se acima das lutas partidárias locais. Não praticou excessos, mas corrigiu erros, puniu faltosos, enfrentou a rebelião com energia".

A mim afigura-se, todavia, que melhor cabe realçar, neste breve estudo sobre uma das facetas capitais da ação e do feitio moral e político de Caxias, a compreensão histórica e sociológica que revelou das raízes e motivaçes da "Balaiada", compreensão sem a qual não teria alcançado, pela forma que alcançou, seus objetivos pacificadores e unificadores. Percebeu o notável Cabo de Guerra, com sua lucidez política, que a "Balaiada" não se assemelhava aos comuns pronunciamentos de políticos desejosos de poder. Exprimia, na realidade, amarguras e dificuldades antigas, que se ligavam ao próprio povoamento da área geográfica em que eclodiu, identificando-se com os anseios das multidões e das comunidades humildes do interior. Os próprios epítetos dos líderes, lembrando animais e fenômenos da natureza, indicavam essa filiação popular, denunciavam a profundidade de suas raízes na própria alma de um povo à espera da consolidação da Independência duramente granjeada.

Não admira que no espírito de Caxias se infiltrasse simpatia pelos combatentes, mas que a rebelião fosse desarraigada. Vencidos e vencedores encarava-os, contudo, como brasileiros. Daí porque a vitória militar haver sido na vida de Caxias, sem outro propósito senão o de unir a Pátria e, em conseqüência, os seus filhos. Coube-lhe propor ao Imperador anistia para os vencidos, sugerí-la aos chefes amotinados e defendê-la como caminho ao desarmamento de espírito.

Não lhe foi diferente a visão dos fatos e a feição do comportamento do pacificador no Rio Grande do Sul, onde se defrontou com a Revolução dos Farrapos. Logo se advertiu o então Barão de Caxias que se achava diante da maior das revoltas provocadas pela regência, com a agravante de que punha verdadeiramente em risco a segurança e a integridade territorial do País. Não que se tratasse de um traumatismo separatista, como chegaram a acusá-la, eram nítidos os traços republicano e federativista da irrupção farroupilha, e, no fundo do caldeirão fervente o que viu assemelhava-se ao que encontrara três anos antes no Maranhão conflagrado pela "Balaiada".

O outro dado era que a refrega fratricida se travava na fronteira nevrálgica do Brasil, sob as vistas ávidas dos caudilhos platinos. E embora o secessionismo não habitasse a posição dos rebelados, que estavam forrados de forte sentimento de brasilidade — como o prova a documentação histórica levantada por Honório Rodrigues, Faoro, Moisés Velhinho e outros historiadores —, era certo que argentinos e uruguaios insistiam em que o Rio Grande lhes pertencia, e não se desconhecia que Rosas tentara seduzir os farrapos, recebendo, todavia, para honra do Brasil, vigorosa negativa.

Pelas armas e pelo senso político, Caxias venceu na missão dificílima que lhe confiara o Império. Conquistou o triunfo militar indispensável na batalha final de Porongos e, logo em seguida, firmou, em Poncho Verde, uma convenção cujos termos ficaram famosos pelo inédito do liberalismo e da grandeza, conforme o relato de Virgílio Pereira da Silva Costa, avalizado por Afonso Arinos e Américo Jacobina: Todos os fatos da Revolução seriam relegados ao esquecimento para sempre, concedendo-se anistia aos rebelados. Aquele precioso capital humano foi então absorvido para as tarefas da paz e do progresso. As praças de pré do Exército Farroupilha passaram ao Exército Imperial, assim como seriam mantidos todos os postos até a patente de Coronel.

A grande dimensão humana de Caxias pode ser medida pelo episódio de Bagé: Ao ali entrar, quis o Padre entoar um "Te-Deum" de agradecimento, ao que Luis Alves contrapropôs se celebrasse uma missa pela alma dos mortos, "pois eram todos brasileiros".

Sua proclamação à província pacificada, após a anistia de 1.º de março de 1845, constitui documento da mais alta

significação na defesa da unidade nacional: "Lembrai-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de raça e de tradição... Vede que esse estrangeiro exulta com esta triste guerra, com que nós mesmos estamos enfraquecendo e destruindo. Abracemo-nos e unamo-nos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria, que é nossa Mãe comum!"

De entremeio às campanhas memoráveis do Maranhão e do Rio Grande do Sul, Luis Alves de Lima e Silva enobreceu -se noutra atitude pela unidade nacional. Aludimos à sua intervenção, como sempre vitoriosa militarmente e politicamente frutífera, na Revolução de 1842. Havia diferenças sensíveis entre essa Revolução, envolvendo São Paulo e Minas Gerais, e aquela que sacudira o meio-norte. Esta, diz um cronista, "Explicava-se como explosão de multidões insatisfeitas; aquela configurava-se como movimento político-partidário de Liberais inconformados com a direção do Estado, em mãos de seus adversários, defensores de reformas consideradas contrárias ao interesse nacional. Estavam em cena não mais o ""Tigre", o "Raio", o "Corisco" e o "Caninana" dos Balaios, mas uma elite social e política que se projetara em figuras da estirpe de Teófilo Otoni, Rafael Tobias de Aguiar e o ex-Regente Diogo Antônio Feijó, e que recorria às armas para atingir seus objetivos.

Todavia, como qualquer das outras insurreições, a erupção paulista-mineira perturbava o esforço nacional e opunha obstáculos sérios a uma ação comum para superar as dificuldades que desafiavam o Governo e a Nação. Sufocar esse vulcanismo sedicioso e trazer seus líderes ao redil da unidade Pátria era cometimento adequado à capacidade militar de Caxias e à sua inesgotável disposição pacificadora, nutrida de um patriotismo de raízes pelágicas cujos terminais estão no recesso de um coração vibrante disfarçado por um cérebro cartesiano.

Diante de Feijó, não lhe jogou à face a contradição, que pode ser própria da condição humana, de haver sido um cérebro na recomendação do esmagamento implacável de todas as rebeldias, e agora encontrar-se na exata posição de insurgente. Seu objetivo não era humilhar, mas chamar à razão. E foi o que fez, despertando, após o combate de Santa Luzia, a admiração pública por sua genialidade militar e por sua grandeza humana. O "Jornal do Commercio" refletia esse fervor popular: "Pacificador do Maranhão, pacificador de São Paulo, pacificador de Minas, o que falta ao insigne brigadeiro Barão

de Caxias?". O jornal não poderia adivinhar, mas faltava alguma coisa. Haveria de pacificar o Rio Grande do Sul e consolidar definitivamente a fronteira meridional, ali postando não descontentes, porém uma espécie indomável de sentinela da Pátria — o gaúcho leal e indormido.

Tem sido sustentado que o Brasil uno de hoje traduz o empenho de três homens: Alexandre de Gusmão, o Barão do Rio Branco e o Duque de Caxias. O primeiro, arquiteto do **Tratado de 1750 (Tratado de Madrid)**, responde pelo traçado das linhas mestras do território em que haveria de florescer a civilização brasileira; o segundo levantou as comprovações históricas e jurídicas dessas fronteiras; e o terceiro, com a espada e o humanismo, inutilizou todas as tentativas internas e externas contra a unidade e a soberania, soldando, com a habilidade de um inspirado artesão, todas as trincas e rachaduras que se quiseram abrir na férrea estrutura deste País-Continente.

Preferimos admitir que a unidade nacional, que tem resistido a todos os embates, desde os meados do século XIX, constitui, sobretudo, um legado autêntico de um estadista, cuja magnitude, como homem público, atinge as culminâncias da virtude cívica própria aos predestinados à grandeza da Pátria.

Saliente-se que Caxias foi um homem de partido, e de um partido conservador. A circunstância, todavia, não influi no seu pensamento e ação. Não houvesse chefiado por cerca de dois anos um gabinete ministerial certamente seria tido como apartidário, tal a maneira como sempre se conduziu, tal a isenção inabalável de seus atos, tal a crença que abrigava de ser a política, realmente, a arte do bem comum e ciência de construir uma Nação forte e altiva.

E que dizer do vencedor das guerras cisplatinas, estrategista, à época ímpar na América Latina, que, se projetando no tempo, retirou os exércitos aliados dos atoleiros de Curupaiti e Tuiuti e que executou a proeza imprevisível e nunca superada da Marcha do Chaco, desbaratando em Lomas Valentinas, a resistência guarani?

Que dizer de um homem que unia, em pleno equilíbrio e com marca insuperável, bravura, benignidade, competência e visão de estadista?

Para que dizer que Luis Alves de Lima e Silva foi, não por ato de deferência histórica, mas como resultado do exame

frio de uma época da história brasileira, o protótipo do soldado, e, portanto, e com justiça indiscutível, o Patrono do Exército Nacional?

Estes são fatos de todos conhecidos que, despiciendo seria, neste instante, rememorá-los.

Diremos apenas que, à ação canhestra que foi a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, nos termos em que elaborado, se contrapôs, com vantagens sobejas, tempos após, a decisão Imperial de ir buscar, quando os louros da vitória no campo de batalha estavam muito longe de serem alcançados, a figura do Duque de Caxias, personalidade preeminente da então oposição à política dominante, a fim de mais uma vez servir à Pátria extremecida, tirando-a da situação vexatória em que se encontrava.

Cem anos depois de sua morte, e nas circunstâncias em que vive o Brasil moderno, é tempo de se pensar mais em Caxias e meditar no seu legado. Freqüentemente, por motivos políticos e ideológicos, por descontentamentos vários, pleitos grupais insatisfeitos, tentam, vez por outra, fazer desta Nação uma casa dividida, Caxias entretanto ensinou com o seu exemplo e sua espada invicta e a palavra aliciante que não se justifica expor-se a Nação à beira de abismos quebrando-se a fraternidade de nossa gente. Nada justifica, pois, o atentado contra nossa unidade, apanágio dos genuínos patriotas.

Naqueles recuados tempos da regência e do começo do segundo Império, o Brasil vivia dificuldades talvez maiores do que agora, faltavam-lhe maturidade e terreno firme em que pisar. Era Nação aprendendo a andar. No entanto, foi capaz, graças à energia de seus grandes filhos, de superar a fase de vacilações e incertezas e de caminhar erectamente, hoje, temos tudo para sermos vitoriosos contra as adversidades econômicas e forjar uma sociedade mais justa. É vital, todavia, que estejamos juntos, unidos, solidários, ombro a ombro, e que não esqueçamos o exemplo de nossos ancestrais especialmente o de Caxias, símbolo imorredouro da bravura na inteligência, das justas reivindicações e do humanismo do povo brasileiro.